

RIGOBERTA MENCHÚ: QUANDO FALA O SUBALTERNO

SANDRA LEITE DOS SANTOS*

RESUMO: Este artigo tem por intuito observar como foi construindo o processo de descolonização na trajetória de vida da indígena guatemalteca Rigoberta Menchú, e como sua biografia *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, ditada por Menchú e escrita por Elizabeth Burgos, pode contribuir, consideravelmente, para o processo que transformou uma simplória índia em uma grande líder, reconhecida internacionalmente por seu trabalho em prol dos povos indígenas da América Latina. Para a análise propõe-se apreender excertos no romance que denotem como a personagem biográfica percebe a necessidade, de aprender a língua castelhana, buscando, dessa forma, legitimar sua posição frente à cultura e dominação do *outro*, ao apropriar-se de recursos linguísticos pertencentes ao *outro*. Deixando assim o espaço da subalternidade fazendo emergir a história dos que foram silenciados. Como aporte teórico, optamos pelos conceitos relações de poder, dispositivo de poder, discurso e enunciado, de Foucault (2008, 2012); descolonizando o ensino de literatura por Carbonieri (2016), o papel da literatura por Festino (2014); os ideais de colonialidade trabalhados por Quijano (2005); memórias subterrâneas (Pollak, 1989); coadunando com a proposta de Grosfoguel (2008) em deslocar o lócus de enunciação do homem europeu para as mulheres indígenas das Américas, a exemplo de Rigoberta Menchú, na edificação de formas de pensamento descoloniais. Neste trabalho buscamos então, apresentar ao nosso leitor o processo de mudança do subalternizado até alcançar o poder e a oportunidade de enunciar e a assim exercer sua representatividade.

Palavras-chave: subalternidade, resistência, luta, representação, reconhecimento

Da exclusão ao reconhecimento mundial

Rigoberta Menchú Tum destacou-se por sua liderança frente às lutas sociais de combate à exploração indígena e contra a tomada das terras pertencentes a esses povos. Nascida em San Miguel Uspantán, na Guatemala, a indígena tornou-se conhecida depois da publicação do livro “*Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*”. A partir desse testemunho pessoal Menchú torna-se um símbolo da resistência indígena. Defensora dos direitos humanos, membro do grupo Quiché-Maya e Embaixadora da Boa Vontade da Unesco, Rigoberta recebeu dois importantes prêmios por sua atuação, o Prêmio Nobel da Paz e o Prêmio Príncipe das Astúrias de Cooperação Internacional. Em 1993 regressou ao seu país, e um ano mais tarde firmou

* Universidade Federal de Mato Grosso; Mestranda em Estudos Literários – PPGEL

um acordo paz entre o Governo e os rebeldes, uma paz que ainda causa questionamentos.

Desde muito jovem Rigoberta percebeu as injustiças as quais eram praticadas aos indígenas da sua região. A exploração sofrida pelos índios nas fazendas de café e algodão, a fome, as excessivas horas de trabalho, as doenças e os maus tratos a que as pessoas estavam expostas sem nem ao menos poderem reclamar. Assim compreendeu que não saber falar o castelhano era uma das causas das muitas das explorações que seu povo sofria. E foi nesse ambiente totalmente insalubre e de péssimas condições de trabalho que perdeu dois de seus irmãos, um envenenado por agrotóxicos e o outro por desnutrição, algo comum nas fazendas. As condições as quais os indígenas eram submetidos eram as piores possíveis, não tinham acesso à saúde, educação, moradia, em suma, a nenhum bem social. Viviam segregados em suas montanhas, e de lá saíam somente para os trabalhos que realizavam nas fazendas. E esse foi um dos motivos que fizeram com que Menchú percorresse um longo caminho para aprender a língua espanhola, só assim poderia ser possível usar a língua do outro para falar por sua gente e lutar por melhores condições de vida, inicialmente para sua comunidade e depois por todas as comunidades indígenas as quais representou e representa.

A Guerra Civil da Guatemala ocorreu entre 1962 e 1996, embora a violência tenha se iniciado antes daquela data, e foi em meio a esse cenário de horror que a jovem Menchú perdeu seu irmão, Petrocinio, torturado e assassinado pelos soldados guatemaltecos. Já adulta, e falando o espanhol, participou de manifestações e liderou protesto contra o regime militar e por seus abusos contra os direitos humanos. Sucessivas ameaças forçaram-na ao exílio no México, em 1981. Nesse mesmo ano, seu pai foi assassinado junto a outros manifestantes em um incêndio criminoso na embaixada espanhola na cidade da Guatemala, e sua mãe foi sequestrada, torturada, violentada e assassinada pelos soldados do governo. Em um cenário de repressão militar dos mais terríveis possíveis.

Como vimos acima, a ativista é uma índia guatemalteca que até os vinte anos falava apenas a língua indígena de sua etnia, e que por conta disso viu sua família e

comunidade serem exploradas, maltratadas e massacradas por coronéis e o pelo estado, que aproveitaram por muitos anos da “ignorância” desses povos para subjugar-los. O maior objetivo de Menchú era aprender o espanhol para que ela e sua comunidade pudessem ter acesso aos bens sociais que a eles eram negados em função do não conhecimento do castelhano. A população guatemalteca é formada por indígenas, brancos e ladinos (mestiços resultantes da miscigenação entre espanhóis e indígenas). E segundo Menchú grande parte das comunidades indígenas não tem acesso aos o idioma oficial da Guatemala que é o castelhano. Vivendo a parte da sociedade e sem qualquer oportunidade de comunicação e reivindicação. A aprendizagem da língua, para a ativista, tinha principalmente um caráter de resistência.

Para análise, inicialmente, entenderemos alguns conceitos importantes para o desenvolvimento do texto, são eles: discurso como dispositivos de poder, entre outros trabalhados por Foucault (2008 e 2012); colonialidade do poder, enunciado por Quijano (2005) e Böckler (2001); Böckler; Herbert (2002); subalternidade por Grosfoguel (2008); a descolonização do ensino de literatura enunciada por Carbonieri (2016) as memórias subterrâneas de Pollak (1989); e os atos de esquecimentos e amnésia social, enunciados por Burke (2006), e *Subalternidad y testimonio* por Beverley (2012) com o intuito de observar como ocorreu o processo que permitiu a Menchú deixar o espaço da subalternidade, emergindo assim, para o mundo por meio de sua biografia. Inicialmente discutiremos o contexto sócio-histórico da Guatemala na época em que o livro foi escrito, abordando alguns aspectos da colonização do país. Por fim apresentaremos os excertos a serem analisado e como o discurso de subalternidade se materializou na obra, seguidos das considerações da análise.

Língua e colonialidade

“Dizer, Falar, Enunciar, Escrever, Comunicar, Mais do que afirmar é afirmar-se, é constituir-se sujeito na afirmação” (JUNIOR, 2014, p.). Sob esse viés é que vamos observar como se deu a busca da personagem Rigoberta Menchú pela aprendizagem da

língua castelhana, com o objetivo de constituir-se e afirma-se como sujeito em uma sociedade na qual era membro constituinte, mas não estava incluída. Levando-se em consideração que a população guatemalteca é constituída por uma parcela considerável de indígenas, mas que a grande maioria desses vivem excluídos em suas aldeias.

A Guatemala, assim como outros países da América Latina, foi colonizada pela Espanha, e no decorrer dessa colonização foi inevitável a miscigenação entre os espanhóis e os nativos. No país essa mistura de raças deu origem aos “ladinos”, mestiços que segundo Menchú, demonstravam grande aversão pelos índios, pois mesmo descendendo de indígena, sentiam-se superiores por serem mais claros e por falarem o espanhol. Esse comportamento é naturalizado em toda a classe ladina dominante (governo, coronéis e militares) do país, aquela que rechaçou, explorou e excluiu, por muitos anos da sociedade, os indígenas que não falavam castelhano. E foram essas relações de exclusão e exploração que fomentaram em Menchú o desejo de mudança, levando-a a empenhar-se para aprender o espanhol, utilizando a seu favor esse dispositivo de poder que excluía, para representar e liderar os índios e os ladinos pobres, também marginalizados, na luta por espaço na sociedade guatemalteca. “O termo “dispositivo” aparece, inicialmente, na obra de Foucault na década de 1970, em sua fase denominada genealógica, como relativo a técnicas, estratégias e formas de assujeitamento postas em ação pelas relações de poder” (JÚNIOR; SOUSA, 2014, p.14). E para esclarecer o sentido do termo, os autores trazem uma explicação apresentada por Foucault acerca do conceito de dispositivo:

é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; o dito e o não dito, sendo, portanto, a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (*apud* JÚNIOR; SOUSA, 2014, p.14).

Assim para Foucault “não há um exercício de poder sem a instalação de um dispositivo” (*Apud* CARVALHO; SARGENTINI, 2014, p.26). E são esses dispositivos os meios pelos quais são estabelecidas e propagadas as relações de poder em nossa sociedade,

“algo que se exerce, se efetua, e funciona discursivamente” (Júnior; Sousa, 2014). Dessa forma, podemos compreender que essas relações se estabelecem como práticas sociais atravessadas, pelos discursos produzidos e retomados em nosso cotidiano. Sendo essas as práticas e discursos responsáveis por subjugar e explorar determinadas classes guatemaltecas.

Percebemos, então, que a exclusão resulta de um forte sentimento de superioridade por parte dos ladinos ricos (falantes do castelhano) em detrimento dos nativos (não-falantes do castelhano). O discurso utilizado pelas classes, citadas acima, tem raízes no enunciado apresentado por Quijano de que “Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (QUIJANO, 2015, p.118). E na obra é possível observarmos a materialidade latente desse discurso de superioridade/inferioridade para com aqueles que não possuem a pele clara e que não falam espanhol. O autor reforça essa ideia com o seguinte enunciado.

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, 118).

Assim separadas as raças e os gêneros cada qual deveria contentar-se com o lugar que lhe cabia, superiores de um lado inferiores do outro, havendo a mescla somente quando necessário. Böckler (2001) relata como os índios foram obrigados a viverem separados dos espanhóis, em locais afastados, no período de colonização. “Nos perímetros urbanos instalaram-se povos indígenas em bairros segregados de onde só poderiam sair para os trabalhos que lhes eram encomendados” (BÖCKLER, 2001, p.13

tradução nossa). Ideais de colonialidade como superioridade e inferioridade atravessaram muitos séculos chegando até o nosso, ainda, com grande força, excluindo e marginalizando determinadas raças em detrimento de outras. A língua tem um poder significativo nas sociedades, em algumas delas se o indivíduo não for habilitado no idioma majoritário, não há como estar inserido em comunidade, vivendo a parte de tal. E neste contexto a língua castelhana é aquela que exerce a hegemonia.

Por hegemonia, seguindo a tradição gramsciana, [...] refiro-me a formas de dominação negociada, portanto culturalmente mediadas, em que os dominados aceitam tornar-se representados mediante a resposta por parte dos dominadores a condições que os dominados considerem que os compensam, pelo menos parcialmente, pela perda do poder (CABRAL, 2007, p.234).

Prevalecendo então, o idioma dos brancos e ladinos. E por esse viés entendemos que “quando um discurso se enuncia ele arrasta para seu interior matérias e formas de expressão de distintos estatutos, ele agencia nomes, enunciados, conceitos, [...], práticas e articula-os num tecido, num enredo que os fazem adquirir nova configuração”. Ou seja, a língua espanhola possui estatuto de verdade e quem não for falante da mesma será submetido a uma posição inferior. (JÚNIOR, 2014). As raças citadas por Quijano (2005) abrangem, quase que em sua totalidade, os marginalizados, índios, negros, mestiços. “As relações sociais cotidianas da população colonial nascem marcadas pelas desigualdades em todos os níveis. Não é um simples problema de distribuição arbitrária e injustiça das riquezas” (BÖCKLER, 2001, p.15 tradução nossa). Consequentemente, os indígenas encontravam-se passivos a exploração, ao abandono e a exclusão. Observemos o enunciado seguinte:

La relación de explotación existente del ladino para con el indígena constituye la contradicción dominante en las estructuras de clases. El ladino monopoliza la tierra de alta productividad [...]; explota mano de obra indígena; monopoliza el crédito agrícola” (BÖCKLER; HERBERT, 2002, p.109).

A questão da desigualdade social teve sua origem na colonização e perduram até os dias atuais. Segundo Gosfoguel (2008) “A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (p.126.) A língua, a cor da pele, a religião e os hábitos diferentes daqueles trazidos pelo colonizador, ainda causam muitas misérias às comunidades indígenas e aos mestiços, e as relações de poder que se estabeleceram através da língua são quase sempre de exclusão e marginalização. E é por esse viés que percebemos o poder advindo da Literatura como ferramenta para derrubar velhos paradigmas.

Festino (2014) apresenta uma ótima reflexão a cerca do papel da literatura “Literatura tem significado diferentes coisas para diferentes culturas através dos séculos” (FESTINO, 2014, p.316). E nesse contexto observamos que a Literatura de testemunho foi uma das grandes responsáveis por oportunizar representatividade aos subalternizados. De caráter testemunhal ela é comum em áreas de conflito, ou seja, provem de repressões, ditaduras, golpes, e tudo mais que possa sufocar uma cultura em detrimento da outra.

A noção fundadora de testemunho vem da chamada “literatura do Holocausto”, emblematizada pelos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, como as citadas narrativas de Primo Levi e a poesia de Paul Celan. O alargamento desta noção inclui também sua utilização em direção ao passado, como, por exemplo, em relação aos genocídios e massacres contra índios e negros; ou em relação a misérias e opressões, desigualdades econômicas, preconceitos étnicos e sexuais do cotidiano em todo mundo (SALGUEIRO, 2012, p.291).

E é válido lembrar que esse tipo de literatura é recente. E seu intuito é dar espaço às “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à Memória oficial” (Pollak, 1989 p.05). Assim histórias de vida como a de Menchú, podem expor problemas sociais a muito enraizados em nossas

sociedades, fazendo com que marginalizados, subalternos e esquecidos possam conquistar visibilidade e atenção.

Em seu texto *Descolonizando o ensino de literaturas inglesas*, Carbonieri (2016) aborda a questão dos colonizados e das literaturas. “Aos colonizados a literatura inglesa foi imposta como padrão literário superior e inalcançável como a evidência de que seu colonizadores se localizavam realmente em um patamar cultural mais elevado” (CARBONIERI, 2016, p.124). Assim podemos transportar esse enunciado para a literatura espanhola sem nenhuma perda, pois a hegemonia da mesma era a que prevalecia sobre suas colônias. E é com essa prática que novas propostas de literaturas vão surgindo. E foi sob essa nova perspectiva que Menchú encontrou espaço para socializar com os outros a sua história e as de diversas comunidades indígenas subalternizadas e exploradas por aí como aponta Beverley (2012) a seguir:

Por su popularidad, pasó a ser para la crítica literaria una especie de paradigma para conceptualizar el género testimonial. Aunque no fue concebido con fines literarios, *Me llamo Rigoberta Menchú* llegó a ser el texto narrativo más difundido y más discutido de la literatura latinoamericana de finales del siglo XX. En algunas antologías de lectura, ya forma parte del canon de la literatura latinoamericana (BEVERLEY, 2012, p.103).

Em seu texto *Subalternidad y testimonio*, Beverley (2012) aponta fatos importantes a cerca da obra sobre Menchú, a notoriedade que o livro deu a ela e a Literatura Latino Americana, fazendo com que a ativista recebesse prêmios em reconhecimento a sua luta, e passasse a ser representante dos povos subalternizados. Rigoberta Menchú ocupou o lugar de líder e juntamente a outros companheiros deu início a um levante que tinha como intuito tirar índios e ladinos pobres da condição de marginalizados e explorados. E sua biografia contribuiu em muito para que o mundo conhecesse as mazelas dos povos indígenas da Guatemala. E Grosfoguel (2008) a cita no deslocamento do *lócus* da enunciação:

Como seria o sistema-mundo se deslocássemos o lócus da enunciação, transferindo-o do homem europeu para as mulheres indígenas das Américas,

como, por exemplo, Rigoberta Menchú da Guatemala ou Domitilia da Bolívia? Não tenho a pretensão de defender ou representar a perspectiva destas mulheres indígenas. O que pretendo fazer é deslocar o lugar a partir do qual estes paradigmas são pensados. (GROSFOGUEL, 2008, p.122-123).

Com esse enunciado de Grosfoguel (2008) deslocamos a literatura canônica européia para a literatura de testemunho característica da América Latina e passamos observar o que nos relata Rigoberta Menchú sobre sua vida e sua comunidade indígena guatemalteca, segundo a visão do colonizado. “As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas”. (GROSFOGUEL, 2008, p.119). Ao enunciar a sua história na língua do outro, Menchú estabelece a condição material para sua existência. Se o sujeito pode falar, então, passa ser visto e ouvido. E por essa perspectiva que iniciamos a nossa análise.

Rigoberta Menchú: quando fala o subalterno

Rigoberta aprendió la lengua del opresor para utilizarla contra él.
Elizabeth Burgos

Qual sentido em aprender a língua espanhola para a indígena? Para Menchú era uma questão de sobrevivência e resistência. A única maneira de enfrentar seu opressor seria, inicialmente, vencer a barreira linguística para em seguida passar as outras instâncias. O título da obra já nos remete à ideia de que alguém despertou para algo que transformou sua vida. E a biografia de Rigoberta Menchú, conta a história de vida da índia que decidiu romper com alguns paradigmas de sua cultura para tornar-se alguém que poderia ter voz e vez em sua sociedade. Como observado anteriormente, o livro narra a história de Menchú desde as suas primeiras lembranças da infância até a sua fase de grande líder frente aos camponeses indígenas e ladinos, sindicatos, e todas as militâncias organizadas de Guatemala.

Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia foi escrito por Elizabeth Burgos a partir de uma entrevista de vinte cinco horas concedida por Rigoberta à escritora em sua casa na França. Em janeiro de 1982 Elizabeth recebeu a indígena em sua casa, em Paris, onde ela permaneceu por oito dias para que o livro fosse escrito. O excerto a seguir é parte do resumo do livro e aponta com clareza o intuito da ativista e da escritora.

Sus palabras no son meramente de denuncia y de protesta. Son ante todo una enérgica afirmación de una manera de ser, de un derecho a ser lo que es: una cultura específica, una comprensión del universo, una interacción con la naturaleza. La historia de Rigoberta hace eco a la historia de todas las comunidades indígenas de la América Latina que han decidido arrebatarse la palabra al opresor (BURGOS, resumen, 2011).

O livro foi dividido em introdução, prólogo e os trinta e três capítulos que remontam toda a vida de Rigoberta. Citaremos aqui os de maior relevância não desmerecendo os demais. A autora necessitou fazer alguns ajustes no manuscrito original, pois alguns dos relatos acabaram por ficarem repetitivos, outros longos e muito detalhados. Houve adequações também no uso dos gêneros, devido à falta de um conhecimento mais aprofundado da língua, e que a escritora também optou por adequar para não expor Rigoberta.

A autora busca com essa obra mostrar o despertar da consciência de Menchú, o que ocorreu aos sete anos, frente à situação de injustiça social, política e econômica que a cercava. E foi com o propósito de acabar com essas situações que a indígena iniciou sua saga rumo à aprendizagem da língua castelhana e dezesseis anos depois alcançou o que desejava.

Por la boca de Rigoberta Menchú se expresan actualmente los vencidos de la conquista española. Hay en este testigo de excepción, superviviente del genocidio del que sido víctimas su comunidad y su familia, una voluntad feroz de romper el silencio, de hacer cesar el olvido para enfrentarse a la empresa de muerte de la que su pueblo es víctima (BURGOS, 2011, p. 09).

No excerto acima podemos observar a ânsia de Menchú em expor as atrocidades que resultaram dos anos de repressão. O genocídio, a tortura, e todos os outros tormentos vividos por sua família e por sua comunidade motivaram a indígena buscar o espaço da fala. Poder expressar-se na língua espanhola possibilitaria a índia trazer a tona “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989), como observado na seção teórica, essas situações são escondidas por quem tem o interesse em dominar e não ser contestado. O autor Burke (2006) faz referência aos “atos de esquecimentos” que são adotados por alguns regimes que praticam ou praticaram repressão, isso é o que ele chama de “amnésia social” (BURKE, 2006, p. 86), fingir que nada aconteceu ou apagar rastros desses acontecimentos, silenciando os dominados ou subalternizados, com o cuidado de que nada seja enunciado sobre o problema. A conquista do espanhol para Menchú foi fundamental para que pudesse unir índios e ladinos e assim fortalecidos buscar meios de melhorar suas condições de vida, e não deixar que suas tragédias caíssem no esquecimento. Motivada pelo desejo de mudança e disposta a enfrentar todos os desafios a fim de conquistar seu espaço Menchú, não se intimidou diante de nenhum dos obstáculos impostos.

Rigoberta aprendió la lengua del opresor para utilizarla contra él. Para ella, apoderarse del idioma español tiene el acto, en la medida en que un acto hace cambiar el curso de la historia, al ser fruto de una decisión: el español, la lengua que antaño le imponían por la fuerza, se ha convertido para ella en un instrumento de lucha. Se decide a hablar para dar cuenta de la opresión que padece su pueblo desde hace casi cinco siglos, para que el sacrificio de su comunidad y de su familia no haya sido en vano (BURGOS, 2011, p.10).

De acordo com excerto acima observamos que desde o princípio Menchú deixa explícito que sua motivação para aprendizagem da língua castelhana tem um caráter de luta, ou seja, a mesma língua que por muitos séculos oprimira os indígenas agora oportunizaria a ativista a enfrentar os seus opressores. Mesmo que isso criasse em sua família e comunidade alguns contratempos e dissabores. Já que para os anciões da comunidade os índios não deveriam misturar-se nem com os brancos e nem com os ladinos, e falar o espanhol estava fora de questão para eles, era uma forma de

preservarem sua cultura. É fato que os indígenas mais velhos não viam com bons olhos a aproximação entre sua gente e os ladinos. E para isso Menchú necessitou vencer mais algumas barreiras. A aversão pelos índios era uma situação comum até mesmo por parte dos ladinos pobres e isso incomodava profundamente a ativista.

[...] una vez que estaba con las monjas, fuimos a una aldea de Uspatán. Sólo que la pueblan más ladinos. Entonces la monja preguntó a un niño que se eran pobres. Entonces el niño dijo: “Somos pobres pero no somos indios”. Y yo me quede con todo eso. [...] Para mí era bastante doloroso aceptar la idea de que el indio es menor que el ladino. Yo seguía en mis inquietudes... Es una barrera muy grande la que nos han sembrado, la barrera indio y ladino. Y no se entendía (BURGOS, 2011, p.145).

Com o excerto acima podemos observar a exclusão social sofrido pelos indígenas e que esse juntamente ao preconceito criaram situações de grande segregação entre os dois povos. E que tal atitude era percebida até mesmo nas crianças, ou seja, desde muito cedo elas eram ensinadas a não se misturarem aos índios, e mais que esses eram seres inferiores. O excerto abaixo reforça essa ideia de superioridade que os ladinos insistiam em manter.

Pero entre nosotros los indígenas y los ladinos pobres existe también la gran barrera. Por más que vivan en las peores condiciones se sienten ladinos; y ser ladinos es como una gran cosa; es no ser indígena. Así es cómo han separado la forma de actuar, de pensar (BURGOS, 2011, p.193).

E longo foi o caminho percorrido por Menchú até que fosse aceita pelos ladinos, a separação era algo muito sedimentada e com raízes profundas e resistentes, e como observado em algumas passagens por mais pobre que o ladino fosse ele ainda seria melhor que o indígena, ou seja, os índios seriam sempre uma raça inferior. Não enxergando assim, que eles também eram inferiores sob o olhar do branco, pois os ladinos nada mais eram que mestiços. “A divisão racial das populações envolvidas na constituição da América e a classificação de índios, negros e mestiços como inferiores

permitiram aos europeus estabelecer com eles relações de dominação, atribuindo-lhes formas específicas de trabalhos” (CARBONIERE, 2016, p.130). Coadunando com enunciado da autora, percebemos mestiços pobres e índios ocupando a mesmo patamar no espaço da pobreza e da exploração. E era esse um dos maiores entraves que Menchú tinha que vencer mostrar as essas comunidades que eles necessitavam unirem-se em prol do bem comum. Nessa época a ativista já falava um pouco a língua espanhola o que a ajudava na organização das frentes de luta. O papel ocupado pelas mulheres nesse período de repressão é algo exaltado com muito fervor por Menchú no decorrer da narrativa, o próximo excerto nos relata quais eram as atribuições dessas revolucionárias.

La mujer tiene un papel increíble en la lucha revolucionaria. Quizá después del triunfo tendremos tiempo de narrar, de explicar nuestra historia en la lucha. Increíble. Las madres con sus hijos, que a ratos participan en una barricada, o ponen una bomba de propaganda, o transportan documentos. La mujer ha tenido una gran historia. Sea mujer obrera, o una mujer campesina o una profesora, tiene duras experiencias. La misma situación nos ha llevado a hacer todas esas cosas. Y no la hacemos porque ambicionamos un poder, sino para que quede algo para los seres humanos. Y eso da valor para que uno esté en pie de lucha. A pesar de peligro... (BURGOS, 2011, p.258).

As palavras de Menchú evidenciam seu contentamento e orgulho pelos trabalhos desenvolvidos pelas companheiras de luta. A ativista exalta cada classe de mulheres que deixaram o medo de lado e contribuíram como podiam para o movimento revolucionário. Essas indígenas foram parte integrante no processo de descolonização da Guatemala, lutaram juntas aos seus, no intuito de não facilitar a entrada dos soldados em suas comunidades. Os conflitos dessas mulheres também são evidenciados no decorrer da obra que narra às violências sexuais as quais as indígenas sofriam quando os soldados invadiam as aldeias, não havia distinção entre elas, mulheres, adolescentes e até mesmo idosas eram violadas. Atos brutais que resultavam em gravidez indesejadas, doenças e até a morte das vítimas.

Joana Tun, mãe de Rigoberta, foi capturada pelos soldados e por quatro meses sofreu muitas torturas e sucessivas violências sexuais antes de ser assassinada pelo

exército guatemalteco, para quem as mulheres indígenas não eram consideradas gente. A dominação de gênero também era herança colonial, e Quijano (2005) faz a seguinte colocação “Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade” (QUIJANO, 2005, p.118). Percebemos então que desse pensamento de superioridade desses homens que resultou nas práticas de dominação e das atrocidades realizadas contra aquelas índias.

São muitas as passagens em que Rigoberta denuncia as violências e situações de pelas quais passaram as sociedades indígenas na Guatemala, e seria muito interessante se pudéssemos citá-las todas, mas não é possível, de modo que nos detemos por aqui com o último excerto que denota o espírito de luta dessa indígena que fez de sua história o canal para retirar das situações de riscos milhares de índios excluídos e marginalizados na Guatemala. Observamos, então, como ela justifica sua motivação.

“Mi opción por la lucha no tiene límites ni espacio: sólo nosotros que llevamos nuestra causa en el corazón estamos dispuestos a correr todos los riesgos” *Rigoberta Menchú* (BURGOS, 2011, p.261).

Esse é um pequeno enunciado que resume toda a abnegação e determinação dessa ativista que fez de seu desejo de justiça social meta de vida. Menchú ditou sua biografia a Elizabeth Burgos durante o exílio no México, porque na Guatemala era procurada e sua vida corria risco. Assim como duas de suas irmãs, uma ela encontrou no México também havia sido exilada e a outra encontrava-se refugiada nas montanhas com os guerrilheiros. Mas os homens assim como as mulheres da família Menchú Tun e muitas das comunidades indígenas do Altiplano, sindicatos de operários não se acovardaram diante da dominação do governo, dos fazendeiros e do exército. Muitos foram os que perderam a vida, mas não foi em vão e a meta da ativista foi alcançada, fez-se ouvir e mostrar ao mundo todas as mazelas de seu povo a muito silenciado.

Considerações finais

Ao fim desta análise observamos que quando fala o subalterno devemos ouvi-lo, pois de suas narrativas surgem histórias fantásticas, muito dolorosas em sua maioria, porque aqueles que são silenciados por processos de dominações, repressões ou qualquer tipo de regimes opressivos guardam memórias muito sofridas. Foi assim com os judeus nos campos de concentração na Alemanha, com os negros traficados da África para serem escravos na América, e com os índios dominados, explorados e subjugados na América Latina. Todos esses subalternos possuem histórias muito interessantes, que precisam ser contadas. E é válido que se oportunize espaço a essas pessoas, pois por elas tomamos conhecimento de relatos de situações jamais imaginadas. A Literatura de Testemunho já muito vivenciada na América Latina é uma ferramenta de suma importância para a disseminação dessas narrativas.

A obra nos apresenta muitos elementos que contribuíram efetivamente para a quebra de muitos paradigmas, uma índia que deixa o espaço da exclusão aprendendo a ler e falar castelhano, e utilizando-se da língua do seu opressor para frear genocídios e culturas de segregação e exploração laboral. E ela apodera-se do conhecimento não para dominar ou escravizar o outro, e sim para ter voz e argumentos para defender suas ideias, e não permitir que e sua gente continue a ser dominada e explorada.

Como observado o processo descolonização da ativista foi dolorido e longo, abarcando muitas baixas familiares, de amigos e de compatriotas. Menchú abriu mão do matrimônio, da maternidade, e de tudo que era comum e cultural a uma mulher indígena. No entendimento da indígena a vida que escolheu e os frutos que colheu foram mais produtivos e alcançaram mais pessoas do que se tivesse ficado em sua comunidade cuidando de uma casa, de filhos e marido. É fato que Rigoberta conseguiu lograr êxito em seu intuito, a história dos indígenas guatemaltecos explorados, excluídos e assassinados ganhou notoriedade quando a ativista emprestou sua voz para denunciar as atrocidades praticadas contra seu povo. Ao enunciar a sua história na língua do outro, Menchú estabelece a condição material para sua existência. Se o sujeito pode falar, então, passa ser visto e ouvido. Buscando, dessa forma, legitimar sua posição frente à

cultura e dominação do *outro*, ao apropriar-se de recursos linguísticos pertencentes ao *outro*. Deixando assim o espaço da subalternidade fazendo emergir a história dos que foram silenciados no decorrer do processo de colonização, e que por uma cultura de colonialidade deveriam continuar calados.

Referências

BEVERLEY, J. *Subalternidad y testimonio: En diálogo con Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia, de Elizabeth Burgos (con Rigoberta Menchú)*. Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 238, marzo-abril de 2012, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.

BÖCKLER, C. G. *Ri okel nqetamaj pa Iximulew. Cuando se quiebran los silencios. Lo que todos debemos saber de la historia de Guatemala*. Ciudad da Guatemala: Cholsamaj, 2001.

BÖCKLER, C. G; HERBERT, J.L. *Guatemala: una interpretación histórico-social*. Ciudad da Guatemala: Cholsamaj, 2002.

BURKE, Peter. *História como memória social*. Civilização Brasileira, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

CABRAL, J. de P. *Língua e hegemonia nas ciências sociais*. Análise Social, vol. XLII (182), 2007.

CARBONIERI, D. *Descolonizando o ensino de literaturas de língua inglesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

DEBRAY-BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Ciudad del México: Siglo XXI editores, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*, Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 7. Ed

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GROSGOUEL, R. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais 80 (2008) Epistemologias do Sul.

JÚNIOR, A. F.; SOUSA, K. M. de. *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

LESSA, G. da S. M. *Memórias e Identidades Latino-Americanas Invisíveis e Silenciadas no Ensino-Aprendizagem de Espanhol e o Papel Político do Professor*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MARINHO, E. R. *As relações de poder segundo Michel Foucault*. Relations of power by Michel Foucault. E - Revista Facitec, v.2 n.2, Art.2, dezembro 2008.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SALGUEIRO, Wilberth. *O que é Literatura de Testemunho? (E considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap)*. Matruga, Rio de Janeiro, v.19, n.31, jul./dez. 2012, p. 284-303.

SOUZA, K. M. de; PAIXÃO, H. P. de. *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.